



## **Projeto de voto nº 550/XV/2ª**

### **De solidariedade com os trabalhadores da empresa Global Media Group**

No seguimento da reestruturação accionista da empresa Global Media Group, a respectiva administração anunciou a vários representantes dos trabalhadores a intenção de despedir cerca de 150 trabalhadores, 40 no Jornal de Notícias, 30 na TSF e 56 nos serviços partilhados do Grupo. A par deste anúncio registam-se ainda uma série de situações atentatórias dos direitos laborais dos trabalhadores da Global Media Group – consagrados na legislação laboral e nas regras decorrentes de contratação colectiva - que os estão a colocar numa situação de enorme fragilidade social e que incluem nomeadamente tentativas ilegais de pagamento do subsídio de Natal de 2023 em duodécimos, situações de pagamento de salário em atraso ou de ausência de pagamento de salário e preocupantes situações de enorme violência psicológica.

Para além de condenável do ponto vista laboral, a concretizarem-se as intenções subjacentes a esta reestruturação accionista teremos o fim de órgãos de comunicação social com um papel insubstituível na história do jornalismo em Portugal e - mais que isso – teremos um ataque sem precedentes ao pluralismo de informação, ao direito fundamental à liberdade de informação e à liberdade de imprensa.

Conforme lembrou o Sindicato dos Jornalistas, a situação a que estamos a assistir no Global Media Group é apenas a ponta do iceberg de um problema mais amplo ligado ao sector dos media e à precariedade dos jornalistas em Portugal, uma vez que no nosso país, em contraciclo com o que sucede na generalidade dos sectores, apenas metade dos jornalistas têm um contrato permanente.

Assim, a Assembleia da República manifesta a sua solidariedade com os trabalhadores da empresa Global Media Group, apelando à rápida regularização da respectiva situação laboral e à necessidade de assegurar a preservação do Jornal de Notícias, do Diário de Notícias, da TSF e d' O Jogo em nome



da salvaguarda do pluralismo de informação, do direito fundamental à liberdade de informação e da liberdade de imprensa.

Assembleia da República, 11 de Janeiro de 2024,

A Deputada do PAN,

Inês de Sousa Real